Desenvolvimento Social

GABINETE DO SECRETÁRIO

EXTRATO TERMO DE FOMENTO
PROCESSO: SEDS-PRC-2023-00072-DM (55902)
PARTÍCIPES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E LAR ESCOLA ESPÍRITA PROFESSOR EURÍPEDES BARSANULFO
OBJETO: OBRAS
VALOR: O valor total da presente parceria é de R\$ 258.513,77 (duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e treze reais e setenta e sete centavos), sendo de responsabilidade do Estado R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e R\$ 58.513,77 (cinquenta e oito mil, quinhentos e treze reais e setenta e sete centavos) como contrapartida da OSC
PRAZO: 3 meses, contados a partir da data de sua assinatura
GESTOR: Jean Alex de Andrade dos Santos
PARECER REFERENCIAL: CJ/SEDS nº 34/2022
ASSINATURA: 22/08/2023
PROCESSO: SEDS-PRC-2023-00073-DM (55944)
PARTÍCIPES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E O LAR DE AMPARO À CRIANÇA FILHOS DE DEUS
OBJETO: CUSTEIO - transferência de recursos financeiros destinados à execução descentralizada do programa de proteção social básica, por intermédio da realização de atividades socioassistenciais
VALOR: O valor total da presente parceria é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de responsabilidade do Estado
PRAZO: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura

GESTOR: Jean Alex de Andrade dos Santos
PARECER REFERENCIAL: CJ/SEDS nº 15/2023
ASSINATURA: 22/08/2023
PROCESSO: SEDS-PRC-2023-00052-DM (56073)
PARTÍCIPES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E Lar São Vicente de Paulo de Potirendaba
OBJETO: Ampliação
VALOR: O valor total da presente parceria é de R\$ 277.350,18 (duzentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais e dezoito centavos), sendo de responsabilidade do Estado R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e R\$ 27.350,18 (vinte e sete mil, trezentos e cinquenta reais e dezoito centavos) como contrapartida da OSC
PRAZO: 6 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

GESTOR: Patrícia Cecílio Domingues Azevedo
PARECER REFERENCIAL: CJ/SEDS nº 34/2022
ASSINATURA: 22/08/2023
PROCESSO: SEDS-PRC-2023-00098-DM (56633)
PARTÍCIPES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SERRANA
OBJETO: OBRAS
VALOR: O valor total da presente parceria é de R\$ 431.522,07 (quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e vinte e dois reais e sete centavos), sendo de responsabilidade do Estado R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e R\$ 31.522,07 (trinta e um mil, quinhentos e vinte e dois reais e sete centavos) como contrapartida da OSC.

PRAZO: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.
GESTOR: Jean Alex de Andrade dos Santos
PARECER REFERENCIAL: CJ/SEDS nº 34/2022
ASSINATURA: 22/08/2023
PROCESSO: SEDS-PRC-2023-00098-DM (56633)
PARTÍCIPES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SERRANA
OBJETO: OBRAS
VALOR: O valor total da presente parceria é de R\$ 431.522,07 (quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e vinte e dois reais e sete centavos), sendo de responsabilidade do Estado R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e R\$ 31.522,07 (trinta e um mil, quinhentos e vinte e dois reais e sete centavos) como contrapartida da OSC.

PRAZO: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.
GESTOR: Jean Alex de Andrade dos Santos
PARECER REFERENCIAL: CJ/SEDS nº 34/2022
ASSINATURA: 22/08/2023
PROCESSO: SEDS-PRC-2023-00412-DM (60343)
PARTÍCIPES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E LAR SÃO VICENTE DE PAULO
OBJETO: Custeio - execução descentralizada do programa de proteção social básica, por intermédio da realização de atividades socioassistenciais
VALOR: O valor da presente Parceria é de 100.000,00 (cem mil reais), dos quais 100.000,00 (cem mil reais), de responsabilidade do ESTADO e o restante de responsabilidade da OSC
PRAZO: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Comunicado de 23/08/2023

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA TORNA PÚBLICO Termo de Aditamento ao Termo de Fomento Celebrado Entre o Estado de São Paulo, por sua Secretaria De Desenvolvimento Social, e a "Associação Aliança de Misericórdia", objetivando a Transferência De Recursos Financeiros De Custeio, Visando a Reti Ratificação do Prêambulo.

1) Processo SEI nº 012.00001187/2023-70 – Associação Aliança de Misericórdia
TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE FOMENTO
Cláusula Primeira DA Retificação
O Preâmbulo da parceria ora editado, fica retificado o CNPJ para fazer constar dígito nº 04.186.468/0001-73.
Cláusula Terceira - Da Ratificação
Ficam expressamente mantidas todas as demais cláusulas, obrigações e condições anteriormente pactuadas no instrumento original.

Data da assinatura: 21/08/2023

Comunicado

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA TORNA PÚBLICO o extrato dos convênios celebrados, por decorrência do Edital de Chamada Pública do Condeca 2018/2019.

Fomento – Organizações Sociais

01)Processo SEI 012.00004181/2023-54

Vila Vicentina, Obra Unida a Sociedade de São Vicente de Paulo

Signatário: Wilma Lázara de Moraes Luches
Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Gilberto Nascimento Silva Junior
Objeto: Oficina de Capoeira
Modalidade: Chamamento Público
Origem dos Recursos: UO 35001, UGO 350010, UGE 350034, Fonte 166.130.002

Valor Total: R\$ 23.650,00 (Vinte e três mil seiscentos e cinquenta reais).

PT 08.244.3500.6367.0000, ND 335043 (Subvenções Sociais - Custeio)

Valor: R\$ 19.100,00 (Dezenove mil e cem reais).

PT 08.244.3500.6367.0000, ND 445042 (Auxílios para Despesa de Capital)

Valor: R\$ 4.550,00 (Quatro mil quinhentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 18/08/2023

Vigência: 12 meses

Gestor: Oswaldo Santana da Silva Junior

Parecer Jurídico Referencial: 06/2023

Convênio – Prefeitura

01) Processo SEI 012.00003555/2023-14

Prefeitura Municipal de Macauba

Signatário: Acácio Tardque Ferreira

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Gilberto Nascimento Silva Junior

Objeto: Preparando para o Futuro

Modalidade: Chamamento Público

Origem dos Recursos: UO 35001, UGO 350010, UGE 350034, Fonte 166.130.002

Valor Total: R\$ 95.986,00 (Noventa e cinco mil novecentos e oitenta e seis reais)

PT 08.244.3500.6367.0000, ND 334039 (Transferência para o Município-Custeio)

Valor: R\$ 80.566,00 (Oitenta mil quinhentos e sessenta e seis reais).

PT 08.244.3500.6367.0000, ND 444052 (Transferências à Municípios, Equipamentos e Material Permanente)

Valor: R\$ 15.420,00 (Quinze mil quatrocentos e vinte reais).

Data da Assinatura: 18/08/2023

Vigência: 12 meses

Parecer Jurídico Referencial: 11/2023

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO

COMUNICADO de 14/08/2023
PAUTA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEI/SP
Reunião Plenária Ordinária híbrida, presencial e/ou por meio de videoconferência pelo sistema TEAMS.
Data: 28.08.2023
Primeira Convocação às 14h00 e 2º. Convocação às 14h15.

O término da reunião está previsto para às 18h00.

Ordem do dia:

- Verificação do quórum, qualificação e habilitação de Conselheiros;

- Apresentação das justificativas de ausência de Conselheiros;

- Aprovação da pauta.

Pauta:

- Palavra do presidente;
- Leitura e aprovação da ata de julho;
- Eleição de novo(a) Vice-Presidente
- Atualização da composição das comissões
- Minuta de projeto de lei para alteração da lei 12.548/2007 (que consolida a legislação relativa à “pessoa idosa” no Estado de São Paulo);
- Arrecadação dos fundos municipais 2022(DBF) e 2023 (IRPF)
- Palavra das comissões;
- Informe gerais e palavra livre;
- Andamento do Edital de Chamamento 01/2023;
- Andamento do Decreto de Regulamentação do FEI;
- Curso de capacitação da UVF

COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE RIBEIRÃO PRETO

NÚCLEO DE CONVÊNIOS
Extrato De Termo De Aditamento
Nº do Processo: 012.00001998/2023-71 (SEDS 1717264/2019)
Convenente: Secretaria de Desenvolvimento Social
Conveniada: Prefeitura Municipal de Jaboticabal
Objeto: Termo de Aditamento ao convênio original retificando as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência do convênio original, previsto na Cláusula Nona, fica prorrogado por mais por mais 1.282 dias, contados de 30/07/2020 até 01/02/2024.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
Fica alterado o Plano de Trabalho - às fls. 123/147 pelas fls. 427/449, a partir da data de sua assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO
Ficam expressamente mantidas as demais cláusulas, obrigações e condições anteriormente pactuadas no instrumento original.
Data da assinatura: 11/08/2023

Segurança Pública

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SSP, DE 21-08-2023

SEI - 025.00003546/2023-10

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nos termos dos artigos 4º, inciso I, e 5º, da Lei Federal nº 5.836, de 05/12/72, c.c. o artigo 3º, § 1º, da Lei Estadual nº 186, de 14/12/73, atendendo a indicação do Comandante-Geral da Polícia Militar, Ofício nº CorregPM-098/333/23, de 24/07/2023 e Ofício nº CorregPM-107/333/23, de 07/08/2023, nomeia o Major PM 972322-6 Carlos Ricardo Ceoloni, pertencente ao efetivo do 33º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (33º BPM/M), em substituição ao Coronel PM 930340-5 Claudio Rogério Ceoloni, em virtude de sua passagem para a inatividade, nomeia também o Major PM 980949-0 Alexandre Augusto Oliveira, do 14º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (14º BPM/M), em substituição ao Tenente-Coronel PM 930361-8 Pedro Alessander Barboza, do 36º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (36º BPM/M), designado para compor o Conselho Permanente de Justiça, pelo Exmo. Juiz de Direito da 2ª Auditoria de Justiça Militar Estadual, e por fim nomeia o Capitão PM 112664-4 Alziro Salvador Neto, do 14º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (14º BPM/M), em substituição ao Capitão PM 991947-3 Marcos Vinicius de Mello, pertencente ao efetivo do 14º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (14º BPM/M), em razão de sua apresentação para frequentar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO-II/23), determinando assim a recomposição do Conselho de Justificação nº 1.717/2020, que passa a ter sua composição disposta na seguinte conformidade:

- a) Presidente: Major PM 980949-0 Alexandre Augusto Oliveira, do 14º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (14º BPM/M);
- b) Interrogante e Relator: Capitão PM 112664-4 Alziro Salvador Neto, do 14º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (14º BPM/M);
- c) Escrivão: Capitão PM 990113-2 Francisco Regis Cravero, do 33º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (33º BPM/M);
- d) Suplente: Major PM 972322-6 Carlos Ricardo Ceoloni, do 33º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (33º BPM/M).

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR. MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA
“Dr. Maurício Henrique Guimarães Pereira”

Portaria DGP nº 18, de 22 de agosto de 2023

Disciplina a prestação de informações no exercício da atividade policial civil e dá outras providências.

O Delegado Geral de Polícia,

Considerando que a Polícia Civil do Estado de São Paulo, enquanto instituição a serviço da sociedade, tem o dever de ser transparente com a imprensa, respeitados os limites legais e a necessidade de preservar dados que, a critério das autoridades policiais competentes, sejam imprescindíveis para o êxito das investigações;

Considerando a exigência de adequar os procedimentos policiais às diretrizes impostas pela Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, com o escopo de, com isso, trazer segurança jurídica ao policial civil em serviço e, ainda assim, assegurar o direito constitucional à informação;

Considerando, por fim, que o artigo 15, alínea f, do Decreto nº 39.948, de 8 de fevereiro de 1995, diz competir ao Delegado Geral de Polícia a função de superintender os serviços policiais civis do Estado, determinando, para tanto, providências necessárias para tal fim, podendo, com escora na alínea p do mesmo diploma, expedir atos destinados ao aprimoramento e boa execução dos serviços policiais;

DETERMINA:

Artigo 1º - Os policiais civis zelarão pela preservação dos direitos à imagem e à privacidade das pessoas capturadas, presas, submetidas à investigação ou à sua disposição, a fim de que, às mesmas e às suas famílias, não sejam causados prejuízos decorrentes da exposição de suas imagens ou da divulgação de circunstâncias ainda em apuração.

§ 1º -As pessoas acima referidas, após identificadas sobre os seus direitos constitucionais, somente serão fotografadas, entrevistadas ou terão suas imagens registradas, se expressamente o consentirem mediante manifestação formal de vontade, por escrito ou termo assinado, observando-se, ainda, as normas editadas pela Corregedoria Geral de Justiça e pelos Juízos Corregedores da Polícia Judiciária das Comarcas.

§ 2º - A cautela prevista no “caput”, no que cabivel,é igualmente assegurada à vítima e aos seus familiares ou dependentes.

Artigo 2º - Em razão do disposto no artigo 13 da Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, o preso ou detento sob a custódia do Estado não poderá ser constrangido, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a exhibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública.

Parágrafo único. Não equivale ao disposto no “caput”, a captação de imagem realizada por terceiro, à revelia do policial civil condutor, em local de acesso público, ou a excepcional e motivada exibição da imagem de investigado ou foragido, galgada unicamente no interesse da justiça em esclarecer infração penal ou capturar pessoa procurada.

Artigo 3º -Nas entrevistas, deve o policial civil abster-se de:

I - antecipar atribuição de culpa antes da conclusão de apuração ou acusação;

II - divulgar informações sensíveis sobre a investigação em curso, salvo as que não causem prejuízo ao seu desfecho ou não afetem a honra ou a imagem das pessoas implicadas;

III - ofertar informações estratégicas sobre as técnicas de investigação utilizadas, assim consideradas como aquelas cujo acesso, excepcionalmente, deva ser preservado em razão da sua imprescindibilidade para o êxito das persecuções criminais;

IV - divulgar fatos ou informações que, de qualquer forma, possam induzir a prática de infração penal ou a justificação e aceitação de qualquer tipo de violência ou ato de intolerância;

V - externar, no exercício das funções, comentário sobre assunto político-partidário ou outro expressamente vedado pela Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979;

VI - manifestar-se oficialmente em nome da instituição, salvo se autorizado ou designado pela respectiva hierarquia;

VII - tecer comentários depreciativos que possam desacreditar instituição policial, autoridade ou atos da administração pública, bem como, manifestar-se sobre assunto estranho às suas atribuições;

VIII - exprimir-se sobre temas cujo sigilo, pela autoridade competente, tenha sido decretado ou imposto.

Parágrafo único. É permitida a opinião educativa, jurídica ou acadêmica, observados os termos dos incisos anteriores.

Artigo 4º - Quando a pessoa investigada for integrante de carreira policial civil, a divulgação de informações, limitada às providências adotadas para a apuração de responsabilidades, ficará a cargo da autoridade policial corregedora competente, respeitado o disposto no artigo 117 da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979.

Artigo 5º -É obrigatória a figuração do nome e do emblema da Polícia Civil do Estado de São Paulo, sob a forma de banner, ao fundo, ao ensino das entrevistas concedidas por policial civil aos órgãos de comunicação ou, ainda, quando se proceda à imprensa a regular exibição de coisas relacionadas aos resultados positivos das atividades de polícia judiciária, vedada a exibição desautorizada da imagem de investigado ou pessoa presa, salvo se, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, parte final, houver fundado interesse público, observada a doutrina institucional da Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”.

Artigo 6º - O Delegado de Polícia Diretor de Departamento e seus Delegados Seccionais de Polícia, sem prejuízo das atividades de polícia judiciária, deverão designar um Delegado de Polícia para exercer função específica de coordenação das atividades de comunicação social do âmbito respectivo, respeitadas as diretrizes da Assistência Policial de Comunicação Social da Delegacia Geral de Polícia Adjunta.

Parágrafo único. As entrevistas previamente agendadas, em tempo hábil, deverão ser comunicadas à Assistência Policial de Comunicação Social, a qual se manifestará e elevará o pleito ao alvario da Delegacia Geral de Polícia Adjunta.

Artigo 7º - Dentre outras atribuições legais e regulamentares, impende à Assistência Policial de Comunicação Policial da Delegacia Geral de Polícia Adjunta:

I - assessorar o Delegado Geral de Polícia na manutenção de contato com os órgãos de imprensa, gerenciando e promovendo a divulgação das atividades institucionais da Polícia Civil do Estado de São Paulo;

II - disciplinar, com aprovação superior, as formas de apresentação da notícia que se pretende divulgar, bem como as rotinas gerais para a elaboração de releases, notas a imprensa, informativos, entrevistas individuais, coletivas, comunicações eletrônicas e distribuições de dados ou materiais;

III - gerenciar o sítio eletrônico da Polícia Civil do Estado de São Paulo e as respectivas redes sociais oficiais mantidas pela Delegacia Geral de Polícia, monitorando as administradas por órgãos subordinados autorizados a mantê-las.

IV - gerir, nos termos da Portaria DGP-92, de 21 de outubro de 2019, o Manual de Identidade Visual da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Artigo 8º - A participação de policial civil em palestras, simpósios, debates ou eventos que tenham por escopo esclarecer temas de cunho profissional ou institucional, observado o disposto no artigo 3º desta Portaria, é livre, devendo ser precedida de comunicação à autoridade imediatamente superior do interessado, a qual, pelas vias hierárquicas, dará ciência ele-

trônica do evento à Assistência Policial de Comunicação Social da Delegacia Geral de Polícia Adjunta.

Artigo 9º - Nos termos dos artigos 25 a 28 da Resolução SSP-239, de 12 de julho de 2005, cabe ao Conselho da Polícia Civil deliberar, mediante indicação, representação ou moção, sobre tema ou providência reclamada e, ainda, emitir juízo sobre fato, assunto ou situação determinados, com o escopo de manifestar agradecimento, reconhecimento, louvor, apoio, solidariedade, condolência, indignação, protesto ou repúdio.

Artigo 10 - A Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”, em conjunto com a Assistência Policial de Comunicação Social da Delegacia Geral de Polícia Adjunta, fica incumbida de:
I - desenvolver, inclusive com a presença de público externo especializado, simpósios destinados a discutir os temas tratados nesta Portaria;

II - adequar o conteúdo programático das suas disciplinas, mormente a do Curso de Especialização sobre a Polícia Civil e os Meios de Comunicação, aos termos ora estabelecidos.

Artigo 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria DGP-30, de 24 de novembro de 1997.

(Publicada novamente por ter saído com incorreções.)

ACADEMIA DE POLÍCIA DR. CORIOLANO NOGUEIRA COBRA

Secretaria de Coordenação e Controle do Interior Comunicado

O Delegado de Polícia e Professor Dirigente da Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP) em Bauru – DEINTER 4, respondendo pelo expediente, por intermédio da Secretaria de Coordenação e Controle do Interior da Academia de Polícia, torna pública a relação dos inscritos para o CURSO DE TREINAMENTO EM TÉCNICAS DE ABORDAGEM POLICIAL, Turma 02/2023 (Proc. 100/SCCI/2023), e os convida a comparecer nos dias 29 e 30-08-2023, das 09h00 às 16h30, nas dependências do Espaço Pacem Bauru, situado na Rua Joaquim Marques de Figueiredo, nº 10-41 – Distrito Industrial 1 – Bauru-SP, conforme segue:

NOME	RG
ANDRE LUIS MUSTAFA	42.827.374
CASSIO ROGERIO DA CUNHA	26.190.893
CHRISTIANE HARUO MARTINS COIADO	46.213.109
GUSTAVO BERTHO ZIMIANI	36.680.871
JARDEL TOMAZ FERREIRA	26.739.834
JHONATAN WILLIAM GONCALVES PEREIRA DA SILVA	49.945.543
JOÃO CARLOS MONTANARI MOREIRA	40.556.913
LINCOLN BATAIOLA	24.489.938
LUCAS DA SILVA LUZ	47.437.427
LUCIANO GUSTAVO DA SILVA	30.833.194
LUCIANO MINATO DE ALENCAR	47.014.192
PEDRO AUGUSTO ROMERA SOUZA	36.802.551
RAPHAEL FIGUEIREDO TRAVENÇOLO	29.568.002
RICARDO GOMIERO	20.511.564
RICARDO LOPES FAZOLO	17.646.178
ROBSON ALVES BATISTA	62.836.640
RODRIGO APARECIDO CARNEIRO	32.543.548
RODRIGO SANCHES FERREIRA	30.954.379
SANDRO DE ALMEIDA SALLES	24.345.794
THAIS BATÓCHIO	30.257.733
WERIDIANA TAMIRES APARECIDA PIRES FERREIRA	33.701.637

Informa ainda, sobre os itens e equipamentos de uso obrigatório ou recomendável:

calçado com sola de borracha – obrigatório;
algemas – obrigatório;
calça operacional ou similar – recomendável;
joelheiras – recomendável;
protetor solar – recomendável;
lanche individual – recomendável.

COMUNICADO

O Delegado de Polícia e Professor Dirigente da Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP) em Sorocaba – DEINTER 7, por intermédio da Secretaria de Coordenação e Controle do Interior da Academia de Polícia, faz saber que estarão abertas as inscrições para o CURSO DE ATUALIZAÇÃO, MANUSEIO E MANUTENÇÃO DE PISTOLAS NA PLATAFORMA GLOCK – Turmas 1, 2 e 3/2023 (Proc.105/SCCI/2023), presencialmente, no prazo e condições previstos nestas Instruções Especiais.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

A inscrição ao Curso implica o pleno conhecimento das presentes instruções, obrigando-se o candidato a acatar as disposições nelas estabelecidas.

1. DAS VAGAS E PÚBLICO DISCENTE

1.1. Serão disponibilizadas 60 (sessenta) vagas, sendo 20 (vinte) vagas para a Turma 1/2023, 20 (vinte) vagas para a Turma 2/2023 e 20 (vinte) vagas para a Turma 3/2023.

1.2. Poderão inscrever-se policiais civis em efetivo exercício nas unidades policiais sediadas na área circunscricional do DEINTER-7;

1.2.1. Deverão possuir carteira de Habilitação Operacional – OP III (DGP 30/10).

1.3. As turmas serão formadas com observância à ordem de inscrição.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições estarão abertas a partir das 09h do dia 25-08-2023 até às 23h59 do dia 08-09-2023, e serão requeridas única e exclusivamente via webmail, por meio do endereço eletrônico da Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP-7) em Sorocaba: sorocaba.acadepol@policiacivil.sp.gov.br.

2.2. As inscrições serão requeridas mediante preenchimento, pelo próprio interessado, de impresso padronizado, disponível na página da Intranet da Polícia Civil, e deverão conter obrigatoriamente a assinatura do interessado e a expressa autorização, identificação e assinatura da autoridade superior, sob pena de indeferimento pela Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP-7) em Sorocaba. É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do requerimento de inscrição.